



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13388 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)
 ISSN: 2447-2808
 GT06 - Educação Popular

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR: IMPACTOS E RETROCESSOS

Soenil Clarinda de Sales - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR: IMPACTOS E RETROCESSOS

Resumo: Este trabalho aborda a gestão do Brasil no período de 2019-2022, em relação às narrativas e políticas direcionadas à educação popular, sob a ótica da decolonialidade. Os resultados do levantamento bibliográfico são oriundos do trabalho doutoral em andamento, realizado no Programa de Pós-graduação em Educação. Considerando o desacato às obras de Paulo Freire, autor referência no cenário nacional e internacional, e o que isso representa em termos ideológicos, busca-se investigar o impacto da agenda da governança de Bolsonaro na educação popular. Observou-se tratar-se de um período de efetivo retrocesso, pois o reconhecimento de comunidades quilombolas, por exemplo, caiu ao menor patamar da história, o que significa que os territórios que funcionavam como refúgio para negros escravizados somem do radar das políticas públicas, ficando as populações à mercê, isto é, menos protegidas nas disputas com interesses econômicos envolvidos. O que não surpreende dado o posicionamento do presidente da Fundação Palmares, que negava a existência de um racismo estrutural no país.

Palavras-chave: políticas, educação popular, gestão, retrocesso

Introdução

A ascensão de Bolsonaro à presidência da República Federativa do Brasil em 2019 significou a escolha por um viés ideológico, que se definia como conservador, de direita e com discurso amplamente sustentado pela religiosidade, isso se mostrava desde a campanha. O objetivo central do levantamento bibliográfico ora promovido consiste em investigar o impacto para a educação popular, sobretudo como parte de um estudo que se dedica ao estudo de uma comunidade remanescente de quilombo, em trabalho doutoral em Educação.

Compreendendo que a ausência de políticas públicas que se dediquem à educação popular, à proteção dos povos escravizados e da escravidão estrutural do país em si traz efeitos constatados que negam sua existência, adotando a ideia de fatos isolados ou pontuais que não geram atualmente uma ligação entre os fatos-causas e os fatos-consequências. As políticas públicas, vale indicar, permitem “legitimar as lutas em prol da educação popular e são, portanto, necessárias para consolidação de um projeto político para o país” (SANTOS; SANTOS; NUNES, 2019, p.18).

Na perspectiva de reconstrução, é fundamental resgatar a história recente do país e demarcar seus efeitos, principalmente para o campo educacional, que viu um dos autores que tanto se dedicou à educação popular, converter-se em um símbolo do que o poder da extrema direita, em todo o mundo, parecia rejeitar: a inclusão e a própria democracia.

Metodologia

O levantamento bibliográfico, promovido em textos atualizados (2019-2022), busca a investigação das produções recentes que analisam as influências da gestão nacional nas políticas direcionadas à educação popular, tais quais seus efeitos na sociedade democrática no geral.

Marginalização das políticas de educação popular

A tônica do período da campanha bolsonarista era a de defesa do que chama de família tradicional e flexibilização do armamento da população, combate à corrupção e à doutrinação nas escolas, embora o plano de governo fosse insuficiente para a compreensão básica dos objetivos, um esvaziamento funcional articulado às informações falsas que circulavam pelas redes sociais na internet, ou seja, uma espécie de folha em branco assinada pelo povo na ocasião da eleição. Na Educação, Taffarel e Neves (2019) lembram que o guru antimarxista, Olavo de Carvalho (ideólogo do bolsonarismo) teve papel de destaque.

Para Frigotto (2021, p.120): “No caso brasileiro, o ataque à esfera pública na

educação, na saúde, na ciência, na tecnologia e na cultura, à estupidez se acresce a insensatez como agenda política”, uma agenda colocada em prática na soma de três fundamentalismos, segundo o mesmo autor, o econômico (mercado se torna o regulador das relações sociais), o político (pedagogia do ódio e da ameaça) e o fundamentalismo religioso (impõe valores moralistas particulares) (FRIGOTTO, 2021).

Quanto a como isso impacta, Taffarel e Neves (2019) indicam que o resultado foi a composição das políticas públicas por: economistas defensores das privatizações do patrimônio público; rentistas da economia imperialista; militares nacionalistas e entreguistas; empresários contrários à proteção do trabalho; fundamentalistas religiosos, a-científicos; latifundiários; parte do setor Judiciário; parte do poder legislativo, com interesses do grande capital. Posto tal cenário, os autores falam na necessidade da resistência ativa ao abordar a educação do campo. A disputa por recursos resvala na escola do campo, que tem a função de agregar teoricamente e “contribuir para o processo de consciência e emancipação -, realizando em cada um o processo histórico de humanização, escola que está sendo fechada, rebaixada e destruída, para não servir a classe trabalhadora do campo” (TAFFAREL; NEVES, 2019, p.326).

O combate a isso é fundamental em um momento de reconstrução do país, por meio da retomada de debates que questionam “as relações assimétricas entre grupos, processos de legitimação da inferiorização e estereótipos estigmatizantes em relação a diversos sujeitos sociais” (CANDAU, 2020, p.680). A autora defende a ótica da interculturalidade crítica, caracterizada pelo questionamento das desigualdades construídas entre diferentes grupos, como étnico-raciais, entre outros, e que indica a construção de sociedades que assumam as diferenças como parte da democracia e que mobilizem relações igualitárias entre os grupos historicamente inferiorizados (CANDAU, 2020).

O interesse pela lógica bolsonarista leva à compreensão de que ela não se interessa pelas relações entre desigualdades e direitos humanos, porque defende uma neutralidade impossível para o campo educacional, considerando que a educação popular é por si um posicionamento de requerer sua existência e direito de aprendizagem do conhecimento historicamente produzido, assim como participação nos espaços de discussão das estruturas dinâmicas das políticas públicas. A identificação da função dessas estruturas redefine a noção de objetivo de sociedade a ser, democraticamente, construída.

A democracia supõe a participação, representação dos diversos grupos, o que foi ignorado na gestão bolsonarista. Vettorassi, Oliveira e Benevides (2020) afirmam que, no decorrer do ano de 2019, o governo Bolsonaro teve empenho em minimizar ou retirar a participação da sociedade civil de conselhos gestores, projetos e instituições públicas, assim como houve a tentativa de interferir na nomeação dos dirigentes das Universidades e Institutos Federais, modificações na política de defesa da mulher, enfatizando o caráter punitivo não o processo formativo e houve as propostas de maior acessibilidade às armas e o que os autores chamam de “processo de militarização da sociedade por meio da criação do

Programa de Escolas Cívico-Militares” (VETORASSI; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p.408).

A narrativa governamental dos direitos humanos, segundo Vettorassi, Oliveira e Benevides (2020, p.413), “convém às práticas de abuso contra as coletividades minoritárias no Brasil, ao corte de direitos, às práticas segregativas na floresta, no campo e na cidade, entre outras”. Observamos em todos os textos que abordam a gestão no período que se trata neste texto, como regressivas do ponto de vista social no sentido tanto das narrativas quanto das políticas implementadas, que caminharam no sentido da “reestruturação de processos de acompanhamento, vigilância e criminalização dos movimentos sociais” (VETORASSI; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p.415), na ótica de negação de um racismo estrutural no país pelo presidente da Fundação Palmares.

Candau (2020, p.683) trata o empoderamento como essencial na educação intercultural crítica e decolonial, pois: “O fortalecimento dos sujeitos silenciados é fundamental para a afirmação de processos educativos democráticos, orientados à construção de relações sociais justas e que reconheçam o potencial de todos e todas, individual, comunitária e coletivamente”. O modelo de gestão bolsonarista constituiu, então, uma zona de incompletude nesse empoderamento e somente se pode superá-la com a discussão sobre as várias visões dos subjugados, oprimidos, que permitem acessar o verdadeiro fundamento da Educação como um campo mais amplo: das ciências políticas humanas, do antirracismo e da sociedade democrática.

Considerações finais

O discurso e o modelo de governança que se desenvolveu por meio do bolsonarismo permitem a constatação de um dramático impacto nas políticas voltadas à educação do campo e proteção às comunidades remanescentes de quilombos, um fracasso do qual é preciso tomar consciência para uma necessária renovação das políticas públicas e do sistema educacional, a serviço da população aprendiz, no sentido decolonial, de respeito aos grupos socioculturais inferiorizados e subalternizados.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria. Diferenças, Educação Intercultural e Decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 678-686, dez., 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Sociedade e Educação no Governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. **Revista Desenvolvimento e civilização**, v. 2, n. 2, p.118-138, jul./dez. 2021.

SANTOS, Arlete Ramos; SANTOS, Ramofly Bicalho dos; NUNES, Claudio Pinto. Apresentação do Dossiê “Educação Popular: Desafios e Perspectivas”. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, v. 4, n.7. Nova Iguaçu: GTPS/UFRRJ, 2019.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; NEVES, Márcia Luzia Cardoso. Tendências da Educação Frente à Correlação de Forças na Luta de Classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. **Estudos IAT**, Salvador, v.4, n.2, p. 310-329, set., 2019.

VETORASSI, Andréa; OLIVEIRA, Dijaci David de; BENEVIDES, Rubens de Freitas. Direitos Humanos no Brasil: os ataques às Humanidades no Governo Bolsonaro, **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.20, p.400-417, 2020.